



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Em matéria de prevenção de incêndios as escolas públicas e particulares da capital sergipana estão deixando muito a desejar. Tal informação foi levantada na manhã de ontem, 27, durante uma audiência no Ministério Público Estadual (MPE) que contou com a participação de diretores de colégios privados e o Corpo de Bombeiros.

De acordo com o promotor de Justiça, Fausto Valois, das 179 escolas particulares localizadas em Aracaju, apenas 31 possui o atestado de regularidade do Corpo de Bombeiros quanto à prevenção de incêndios e pânico. Já nas escolas estaduais e municipais o problema é pior, pois nenhuma delas possui tal certificação de segurança.

Valois expôs que a audiência de ontem foi a quinta realizada com diretores de escolas particulares e que, aos poucos, elas estão conseguindo se regularizar. Mas no caso das escolas do Estado e do Município a situação se complica, já que, segundo o promotor, o Estado teria se negado a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), como também os antigos gestores da Prefeitura Municipal de

Aracaju, para tentar resolver o problema, obrigando ao Ministério Público entrar com Ações Civis Públicas.

“Na medida em que nós fomos recebendo os laudos, entramos com Ações Civis Públicas, principalmente frente ao Estado e ao Município de Aracaju, pois nenhuma das escolas do Estado ou município está regularizada no que diz respeito a incêndio e pânico. Temos ações também de 2011 já tramitando em relação ao Estado e ao Município que estão pendentes de julgamento no poder judiciários. Já existe inclusive uma decisão liminar para que as escolas sejam adequadas, mas, até a presente data, nenhuma escola pública tem o atestado de regularidade, foi inclusive a informação que obtivemos agora no Corpo de Bombeiros”, afirmou.

Ele citou que nas escolas públicas há uma problemática muito grande em relação às mangueiras de botijão de gás, como também o armazenamento desse botijão de forma inadequada. Há também a falta de extintores de incêndio. O promotor de justiça ressalta que o MPE está aberto para criar um TAC com a nova gestão da PMA. “A antiga administração da PMA não

quis firmar um TAC, mas se houver uma modificação e um interesse de fazer um Termo e somar esforços com o MPE, estamos à disposição do Município, se não houver esta possibilidade, entraremos também com medidas judiciais cabíveis”, alertou.

As escolas particulares – O promotor expôs ainda que essas ações do MPE em parceria com

Das 179 escolas particulares de Aracaju, apenas 31 possuem atestado do Corpo de Bombeiros. Já as públicas, nenhuma possui

Escolas não possuem prevenção a incêndios